

CADERNO DE QUESTÕES

Procurador Municipal

Superior [Caderno 54]

08/05/2016 Horário: das 08h00min às 12h00min

Prefeitura Municipal de Chapecó

Concurso Público Edital 001/2016

Atenção



- Verifique seu nome e número de inscrição no cartão-resposta.
- Assine o cartão-resposta.

✓ CONFIRA

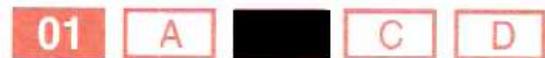
- ✓ Se o CADERNO DE QUESTÕES contém 80 questões objetivas de múltipla escolha.
- ✓ Se faltam folhas e se a sequência de questões está correta.
- ✓ Se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.
- ✓ **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.**

✓ NÃO É PERMITIDO

- ✓ Qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- ✓ Ausentar-se da sala de provas sem a permissão e/ou acompanhamento do fiscal.
- ✓ Dobrar, amassar ou manchar o CARTÃO-RESPOSTA. **Ele não será substituído.**
- ✓ Perguntas aos fiscais quanto à interpretação das questões.

✓ PARA FAZER A PROVA VOCÊ DEVE:

- ✓ Usar este **caderno de questões**
- ✓ Usar o **cartão-resposta** que contém seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.
- ✓ Usar somente **caneta esferográfica azul ou preta**.
- ✓ Usar o verso do caderno como rascunho.
- ✓ Assinalar somente uma alternativa no cartão-resposta, preenchendo todo o quadrinho, conforme o exemplo:



- ✓ Não deixe questões em branco.
- ✓ Não assinale mais que uma alternativa.
- ✓ As questões contêm apenas uma alternativa correta.
- ✓ Preencher somente o número correspondente à quantidade de questões da prova.

- Só entregue a prova após transcorrido 1 (uma) hora do seu início.
- Saídas da sala de provas somente acompanhado do fiscal de sala, haverá detectores de metais nos banheiros.
- Ao terminar, entregue ao fiscal o caderno de questões completo e o cartão-resposta devidamente preenchido.
- Os cadernos de prova não serão disponibilizados no dia da prova. O caderno estará disponível no site www.iobv.org.br, no dia seguinte ao da realização das provas na **área restrita do candidato**.
- Os três últimos candidatos deverão assinar o termo de encerramento da prova, lacrar o envelope e retirar-se simultaneamente da sala de provas.
- **Anote aqui suas respostas antes de passar para o cartão-resposta:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

VOCÊ PODE DESTACAR ESTA FOLHA E LEVÁ-LA PARA CONFERÊNCIA

CONHECIMENTOS BÁSICOS
QUESTÕES 01 A 40

Língua Portuguesa

Questão 01

Diga qual destas definições é a que cabe para dígrafo?

- A) É a menor unidade sonora distintiva da palavra.
- B) É o fonema vocálico que se agrupa com a vogal, numa sílaba.
- C) É a letra que representa dois fonemas ao mesmo tempo.
- D) É o conjunto de duas letras que representam um único fonema.

Questão 02

Em se tratando das palavras que devem omitir o hífen, segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a única opção em que todas deixam de receber corretamente este sinal.

- A) antirreformista, antissemita, ultrassom.
- B) antissocial, pseudossufixo, supraaxilar.
- C) contrarregra, cosseno, hiperrealista.
- D) neoortodoxo, ultrarrealismo, antisséptico.

Questão 03

O OUTRO LADO

só assim o poema se constrói:
quando o desejo tem forma de ilha
e todos os planetas são luas, embriões da magia
então podemos atravessar as chamas
sentir o chão respirar
ver a dança da claridade
ouvir as vozes das cores
fruir a liberdade animal
de estarmos soltos no espaço
ter parte com pedra e vento
seguir os rastros do infinito
entender o que sussurra o vazio
– e tudo isso é tão familiar
para quem conhece
a forma do sonho

(WILLER, Claudio, *Estranhas experiências*, 2004, p. 46)

No poema acima, do poeta paulista Claudio Willer (1940), no verso “ouvir as vozes das cores”, entre outros versos, é expressa uma figura de linguagem. Esta pode ser assim definida: “Figura que consiste na utilização simultânea de alguns dos cinco sentidos” (CAMPEDELLI, S. Y. e SOUZA, J. B. *Literatura, produção de textos & gramática*. São Paulo, Saraiva, 1998, p. 616).

Como é denominada esta figura de linguagem?

- A) Eufemismo.
- B) Hipérbole.
- C) Sinestesia.
- D) Antítese.

Questão 04

Os pronomes pessoais “o, a, lhe, si, consigo” pertencem a terceira pessoa do singular. A qual tipo de pronome pessoal pertencem essas formas?

- A) Pronomes retos.
- B) Pronomes oblíquos.
- C) Pronomes de tratamento.
- D) Pronomes possessivos.

Questão 05

“Infelizmente as cheias de 2011 castigaram de forma severa o Vale do Itajaí.”

Na frase acima (elaborada para fins de concurso) temos o caso da expressão “Infelizmente”. A palavra pode ser assim decomposta: in + feliz + mente. Aponte qual a função da partícula in dentro do processo de estruturação das palavras.

- A) Radical.
- B) Sufixo.
- C) Prefixo.
- D) Interfixo.

Questão 06

“... é a palavra que procura reproduzir aproximadamente certos sons ou ruídos.”

(SACCONI, L. A. *Novíssima Gramática Ilustrada*. 23ª edição. São Paulo: Nova Geração, 2010, p. 99)

No fragmento acima é feita a definição de um dos processos de formação de palavras mais conhecidos. Tal processo é chamado de:

- A) Hibridismo.
- B) Onomatopeia.
- C) Prosopopeia.
- D) Composição.

Questão 07

Sobre os vícios de linguagem, é comum ouvirmos, na linguagem do dia a dia, expressões desagradáveis como “preciso ir-me já” ou “boca dela”. Nestes casos, diga a que vício de linguagem corresponde tais exemplos.

- A) Solecismo.
- B) Redundância.
- C) Barbarismo.
- D) Cacófato.

Questão 08

Quanto aos versos, o soneto é um poema de forma fixa, somando 14 ao todo. De que forma era feita a distribuição das estrofes no soneto clássico, predominante no Brasil?

- A) Dois quartetos e dois tercetos.
- B) Dois tercetos e dois quartetos.
- C) Um sexteto e dois quartetos.
- D) Um octeto e dois tercetos.

Questão 09

DA VIDA ASCÉTICA

Não foge ao mundo o verdadeiro asceta,
Pois em si mesmo tem seu próprio asilo.
E em meio à humana turba, arrebatada e inquieta,
Só ele é simples e tranquilo.
(QUINTANA, Mario. *Espelho Mágico*. São Paulo: Globo, 2005, p. 28.)

Um dos sinônimos do adjetivo **arrebatada**, tal como expresso no poema de Mário Quintana, pode ser assinalado na opção:

- A) Calma.
- B) Precipitada.
- C) Ingênua.
- D) Forte.

Questão 10

Por Jonas Valente*, especial para este blog. A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Crimes Cibernéticos da Câmara dos Deputados divulgou seu relatório final. Nele, apresenta proposta de diversos projetos de lei com a justificativa de combater delitos na rede. Mas o conteúdo dessas proposições é explosivo e pode mudar a Internet como a conhecemos hoje no Brasil, criando um ambiente de censura na web, ampliando a repressão ao acesso a filmes, séries e outros conteúdos não oficiais, retirando direitos dos internautas e transformando redes sociais e outros aplicativos em máquinas de vigilância. Não é de hoje que o discurso da segurança na Internet é usado para tentar atacar o caráter livre, plural e diverso da Internet. Como há dificuldades de se apurar crimes na rede, as soluções buscam criminalizar o máximo possível e transformar a navegação em algo controlado, violando o princípio da presunção da inocência previsto na Constituição Federal. No caso dos crimes contra a honra, a solução adotada pode ter um impacto trágico para o debate democrático nas redes sociais – atualmente tão importante quanto aquele realizado nas ruas e outros locais da vida off line. Além disso, as propostas mutilam o Marco Civil da Internet, lei aprovada depois de amplo debate na sociedade e que é referência internacional. (*BLOG DO SAKAMOTO, L. 04/04/2016)

Após a leitura atenta do texto, analise as afirmações feitas:

- I. O jornalista Jonas Valente está fazendo um elogio à visão equilibrada e vanguardista da Comissão Parlamentar que legisla sobre crimes cibernéticos na Câmara dos Deputados.
- II. O Marco Civil da Internet é considerado um avanço em todos os sentidos, e a referida Comissão Parlamentar está querendo cercear o direito à plena execução deste marco.
- III. Há o temor que o acesso a filmes, séries, informações em geral e o livre modo de se expressar venham a sofrer censura com a nova lei que pode ser aprovada na Câmara dos Deputados.
- IV. A navegação na internet, como algo controlado, na visão do jornalista, está longe de se concretizar através das leis a serem votadas no Congresso Nacional.
- V. Combater os crimes da internet com a censura, para o jornalista, está longe de ser uma estratégia correta, sendo mesmo perversa e manipuladora.

Assinale a opção que contém **todas** as alternativas corretas.

- A) I, II, III.
- B) II, III, IV.
- C) II, III, V.
- D) II, IV, V.

Questão 11

“Gastamos mil reais, isto é, tudo o que tínhamos.” (SACCONI, L. A. *Novíssima Gramática Ilustrada*. 23ª edição. São Paulo: Nova Geração, 2010, p. 466)

De acordo com o exemplo acima, diga a que fator está sendo empregado o uso da vírgula:

- A) Para separar apostos.
- B) Para separar palavras da mesma classe.
- C) Para separar vocativos.
- D) Para separar palavras e expressões explicativas, retificativas ou continuativas.

Questão 12

“É sabido o caso do rapaz que não tinha sucesso com as mulheres. Procurando o conselho da mãe, ela lhe disse que ele deveria falar ‘coisas’ **doces** às moças. Ele ficou animado com o conselho, mas horas depois voltou entristecido. Disse então que falou as ‘coisas’ **mais doces** que sabia àquelas mulheres que lhe despertavam desejo, mas nada surtiu efeito positivo, pelo contrário. A mãe aflita perguntou então o que ele dissera. Ele repetiu: cocada, melado, mel, açúcar...”

Podemos perceber, por trás desta anedota popular, que houve um problema de comunicação entre a mãe e o filho, enquanto que aquela falava a palavra doce no sentido figurado, este a entendia no sentido literal. A palavra poética é empregada, geralmente, no sentido figurado, ela é um exemplo, portanto, de linguagem:

- A) Conotativa.
- B) Denotativa.
- C) Metódica.
- D) Factual.

Questão 13

“Recebi sua cartinha ontem. **Entretanto**, não a li.”

Sobre o uso de conectivos no começo de orações, indique a **única** opção em que **não** se substitui o conectivo “entretanto” de forma **adequada**.

- A) Contudo.
- B) Todavia.
- C) Porém.
- D) Assim.

Questão 14

“Este e-mail, ainda não o li.”

Através deste exemplo, podemos perceber que há o uso de um pronome pessoal átono enfatizando a ideia expressa pelo objeto direto. Ao objeto repetido por este pronome pessoal átono damos o nome de:

- A) Objeto direto preposicionado.
- B) Objeto direto pleonástico.
- C) Agente da passiva.
- D) Complemento nominal.

Questão 15

Quanto à classificação dos numerais, os que indicam o aumento proporcional de quantidade, podendo ter valor de adjetivo ou substantivo são os numerais:

- A) Multiplicativos.
- B) Ordinais.
- C) Cardinais.
- D) Fracionários.

Informática

Questão 16

No Microsoft Excel 2013, **NÃO** pertence ao conjunto de funções do menu *inserir função*:

- A) DIATRABALHO
- B) FIMMÊS
- C) CALCULOFACTORIAL
- D) MAIÚSCULA

Questão 17

No Microsoft Excel 2013 para editar uma célula já selecionada o usuário deve pressionar:

- A) Ctrl + E
- B) Shift + E
- C) F5
- D) F2

Questão 18

No Microsoft PowerPoint 2013 você pode vincular vários tipos de arquivos de vídeo em uma apresentação. Quais das extensões de arquivos abaixo o PowerPoint 2013 não suporta?

- A) .SWF
- B) .MKV
- C) .ASF
- D) .MOV

Questão 19

No Microsoft Internet Explorer 11, uma forma rápida de exibir a lista de downloads é usar as seguintes teclas:

- A) Logotipo do Windows + D
- B) Ctrl + Shift + D
- C) Alt + F
- D) Ctrl + J

Questão 20

No Microsoft Word 2013, na sua configuração padrão, qual é a função das teclas de atalho Ctrl + Shift + E?

- A) Ativar ou desativar o controle de alterações.
- B) Inserir uma nota de rodapé.
- C) Marcar uma entrada do sumário.
- D) Alternar para o modo de exibição do modo de Leitura.

Questão 21

No Microsoft Excel para inserir a data atual em uma célula a partir das teclas de atalho pressiona-se:

- A) Ctrl + D
- B) Ctrl + ;
- C) Ctrl + Shift + D
- D) Ctrl + Shift + !

Questão 22

Assinale a alternativa que não apresenta uma extensão de um arquivo de texto:

- A) ODT
- B) RTF
- C) LIB
- D) DOCX

Questão 23

Assinale a alternativa correta sobre Firewall.

- A) Protege o computador contra acessos não autorizados provenientes da internet ou de uma rede.
- B) Procura e elimina programas maliciosos vindos da internet.
- C) É um protocolo seguro de transferência de dados entre dispositivos de rede.
- D) Notifica o usuário quando um *pen drive* infectado é conectado ao computador.

Questão 24

Analise as afirmações abaixo:

- I. HTTP é um protocolo de transferência de hipertexto que permite a transferência de dados entre computadores.
- II. DNS é um protocolo de configuração dinâmica de endereço de rede, responsável pela configuração automática e dinâmica de computadores ligados a uma rede TCP/IP.
- III. Proxy é um computador que funciona como intermediário entre um navegador da WEB e a internet.
- IV. IPv6 é um padrão de endereçamento de rede onde, ao invés de usar 16 bits, são usados endereços de 32 bits. Além de números de 0 a 9, também são utilizadas todas as letras, gerando assim uma quantidade de endereços muito maior que o antigo IPv4.

Assinale a alternativa correta:

- A) Estão corretas as afirmações I, II e IV.
- B) Estão corretas todas as afirmações.
- C) Estão corretas as afirmações I e III.
- D) Estão corretas as afirmações II, III e IV.

Questão 25

Sobre o correio eletrônico assinale a alternativa correta.

- A) IMAP é um protocolo off-line, após o download das mensagens no seu computador, elas são removidas do servidor.
- B) SMTP é um protocolo utilizado para o envio e recebimento de mensagens.
- C) A porta padrão para envio de mensagens é a porta 110.
- D) IMAP permite acesso de vários clientes a mesma conta de e-mail, mantendo as mensagens disponíveis no servidor.

Legislação

Questão 26

De acordo com a Lei Complementar n. 130, de 05 de dezembro de 2001 – o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chapecó, a investidura em cargo público na esfera do município ocorrerá:

- A) Com a posse.
- B) Após a aprovação do candidato em concurso público de provas e títulos.
- C) Mediante nomeação do chefe do executivo.
- D) Somente após a conclusão da fase de sindicância de vida progressa.

Questão 27

Quanto aos vencimentos e a remuneração do quadro de servidores públicos do município de Chapecó, é **correto** afirmar que:

- A) As vantagens pecuniárias, tais como indenizações e gratificações, serão sempre computadas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores sob o mesmo título.
- B) Nenhum servidor público receberá, a título de vencimento, a importância inferior a um salário mínimo e meio.
- C) Os vencimentos dos servidores públicos somente serão redutíveis mediante decreto municipal emitido pelo chefe do executivo.
- D) A reposição ao erário será previamente comunicada ao servidor público e descontada em cota única ou ainda em parcelas mensais da sua folha de pagamento.

Questão 28

A modalidade de provimento em cargo público que consiste no retorno à atividade por servidor público aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:

- A) Reintegração.
- B) **Reversão.**
- C) Adaptação.
- D) Aproveitamento.

Questão 29

A recondução consiste:

- A) Na permuta de cargos públicos por servidores da mesma esfera do governo.
- B) Em encaminhar o servidor público em estágio probatório para outra atividade que apresente mais aptidão para trabalhar.
- C) **No retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado por ele.**
- D) Na possibilidade de, durante o estágio probatório, exercer um cargo público com gratificação.

Questão 30

Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável:

- A) **Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço até o seu aproveitamento em outro cargo.**
- B) Será exonerado, mediante justa e certa indenização.
- C) Ficará em disponibilidade aguardando seu aproveitamento em outro cargo, com a sua remuneração suspensa.
- D) Deverá ser reconduzido imediatamente a outro cargo público.

Questão 31

Assinale a alternativa que está **incorreta**:

- A) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- B) **São Poderes da União, independentes e sucessivos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Conselho Nacional de Justiça.**
- C) A soberania e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- D) É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.

Questão 32

De acordo com o texto constitucional, é direito fundamental do cidadão:

- A) A manifestação do pensamento, ainda que através do anonimato.
- B) A liberdade de associação para fins lícitos, inclusive de caráter paramilitar.
- C) **Ser compelido a fazer ou deixar de fazer alguma coisa somente em virtude de lei.**
- D) Ser livre para expressar sua atividade intelectual e artística, mediante licença do Ministério da Educação e Cultura.

Questão 33

Assinale a alternativa que está **correta**:

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados e os Municípios.
- B) A criação ou a transformação de um território federal em Estado depende de regulamentação em lei ordinária.
- C) Somente a União pode criar distinções entre brasileiros.
- D) **É vedado aos entes da federação recusar dar fé aos documentos públicos.**

Questão 34

Sobre a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em concurso público, é **correto** afirmar que:

- A) **Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a realização de avaliação especial de desempenho.**
- B) Não cabe ampla defesa do procedimento de avaliação periódica de desempenho, pois é um ato unilateral da Administração Pública.
- C) A estabilidade do servidor aprovado em concurso público somente ocorre após dois anos de efetivo exercício da sua função.
- D) O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 35

Em relação à organização dos Poderes da União, mais precisamente do Poder Legislativo, assinale a alternativa que está **incorreta**:

- A) O Congresso Nacional é formado pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- B) **Cada senador será eleito com três suplentes.**
- C) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- D) Autorizar referendo e convocar plebiscito é da competência exclusiva do Congresso Nacional.

Questão 36

Assinale a alternativa que está **correta**:

- A) A lei orgânica do município de Chapecó somente poderá ser emendada na vigência de estado de sítio.
- B) A lei orgânica do município de Chapecó será promulgada pelo Prefeito, recebendo em ato contínuo o seu respectivo número de ordem.
- C) **O Prefeito municipal poderá fazer proposta de emenda à Lei Orgânica do município de Chapecó.**
- D) Somente os membros da Mesa da Câmara de Vereadores poderão apresentar proposta de emenda à Lei orgânica.

Questão 37

De acordo com a Lei Orgânica do município de Chapecó, consideram-se atos municipais que produzem efeitos externos, **exceto**:

- A) As leis delegadas.
- B) Os decorrentes de processo licitatório.
- C) O relatório resumido de execução orçamentária.
- D) **O aviso.**

Questão 38

Compõe a Administração Indireta do Poder Executivo do município de Chapecó:

- A) **O Instituto do Sistema Municipal de Previdência – SIMPREVI.**
- B) A Secretaria de Articulação Institucional.
- C) A Diretoria de Infraestrutura Urbana e Rural.
- D) A Gerência de Regularização Fundiária.

Questão 39

Assinale a alternativa que está **correta**:

- A) É vedado ao Prefeito de Chapecó formar comissões ou grupos de trabalho mesmo quando houver interesse por parte da Administração Pública.
- B) Os serviços e obras municipais serão prestados ou executados se houver o correspondente suporte orçamentário mensal.
- C) **O Prefeito de Chapecó pode deslocar a sede do governo para as localidades municipais, desde que temporariamente e para a realização de atividades típicas do Poder Executivo.**
- D) É facultado ao Prefeito, mediante assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta e no interesse da clientela escolar, desativar escolas municipais de ensino.

Questão 40

Em relação ao Sistema Municipal de Previdência de Chapecó - SIMPREVI assinale a alternativa abaixo que **NÃO** se trata de uma atividade desenvolvida exclusivamente por sua Gerência de Benefícios:

- A) Emitir orientações técnicas e administrativas referente aos benefícios do SIMPREVI.
- B) **Controlar administrativamente e financeiramente o SIMPREVI.**
- C) Gerir os benefícios concedidos no âmbito do SIMPREVI.
- D) Atender os servidores públicos municipais e os cidadãos que procuram o SIMPREVI.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS QUESTÕES 41 A 80

Questão 41

A Constituição Federal de 1988 impõe aos agentes públicos em várias oportunidades o dever de observância ao Princípio da Moralidade. Neste sentido, é **correto** afirmar que:

- A) **Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular contra ato lesivo à moralidade administrativa.**
- B) Embora não seja princípio fundamental aplicável à Administração Pública, todo agente público deve pautar suas ações de acordo com as regras da moralidade administrativa.
- C) O princípio da moralidade previsto no texto da Constituição impõe o dever de atender à moral comum, vigente na sociedade.
- D) A moralidade administrativa não se difere da moralidade comum, levando sempre em consideração os preceitos éticos presentes na sociedade.

Questão 42

Constitui crime contra a **fé pública**:

- A) Apropriar-se o funcionário público de qualquer bem móvel, público ou particular, que tem posse em razão de cargo público.

- B) **Falsificar selo público destinado a autenticar ato oficial de qualquer um dos entes da federação.**
- C) Receber moeda falsa de boa-fé, achando ser verdadeira, deixando de colocá-la em circulação depois de reconhecer a falsidade.
- D) Exigir para si, em razão da sua função pública, vantagem indevida.

Questão 43

A respeito da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – A Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa abaixo que está **correta**:

- A) O Poder Legislativo, sempre com o auxílio direto do Tribunal de Contas, fiscalizará o cumprimento desta Lei Complementar.
- B) Somente o Ministério Público e os partidos políticos poderão denunciar ao Tribunal de Contas o descumprimento desta Lei Complementar.
- C) **Na lei orçamentária anual é proibido constar crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.**
- D) As regras impostas por esta Lei Complementar são destinadas exclusivamente ao Poder Executivo.

Questão 44

Levando em consideração o disposto na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992 - popularmente conhecida como a lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- B) A aplicação desta lei independe da rejeição das contas do agente público pelo Tribunal de Contas.
- C) É crime a representação por ato de improbidade administrativa contra agente público, quando for do conhecimento do autor da denúncia que o denunciado é inocente.
- D) **A aplicação das sanções previstas nesta lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.**

Questão 45

Constituem atos de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, **exceto**:

- A) **Frustrar a ilicitude de concurso público.**
- B) Deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo.
- C) Negar a publicidade dos atos oficiais.
- D) Retardar, ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício.

Questão 46

Determinado Município aprovou no ano de 2015, uma lei, efetivando de maneira definitiva os servidores civis de uma empresa pública da Administração, que em 1988, embora não concursados, contavam nesta ocasião com mais de cinco anos ininterruptos no cargo. Com referência a esta norma, é correto arguir:

- A) É uma regra inconstitucional, uma vez que a estabilidade constitucional excepcional não foi prevista pelo constituinte originário para a administração direta e indireta.
- B) **É uma regra inconstitucional, uma vez que a estabilidade constitucional excepcional para servidores públicos não abrange empresas públicas e sociedades de economia mista.**

- C) É uma regra constitucional que visa assegurar o princípio do não retrocesso, a fim de evitar enriquecimento ilícito ao Estado.
- D) É uma regra constitucional, pois todos os servidores públicos não concursados tanto da União como de Estados e Municípios, com mais de cinco anos ininterruptos no cargo, em 1988, ganharam automaticamente a proteção constitucional da estabilidade.
- II. A suspensão dos direitos políticos prevista na citada norma somente se aplica às condutas de natureza dolosa.
- III. É possível a existência de uma conduta ilícita que não configure uma improbidade administrativa.
- IV. O prefeito municipal que comete improbidade administrativa não terá foro privilegiado para ser julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual.

- A) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
 B) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
C) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
 D) Não há alternativas corretas.

Questão 47

Determinado Município firmou convênio com uma Organização Social de assistência aos deficientes visuais, repassando-lhe mensalmente verbas públicas, e cedendo também uma sala em escola municipal para o desempenho das atividades. Diante da situação em epígrafe, é correto afirmar:

- A) Este convênio tão somente poderá ter realizado por intermédio de uma licitação, na modalidade Concorrência, uma vez que a livre escolha feita pela Administração não se enquadra nos casos de dispensa de licitação.
- B) Uma vez que recebeu verbas públicas, a referida Organização Social deverá obrigatoriamente realizar procedimentos licitatórios para a utilização destes recursos.
- C) As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações ao dever de licitar, visto a ausência de determinação constitucional.**
- D) As organizações sociais como as entidades paraestatais se submetem aos procedimentos licitatórios, nos mesmos moldes da Administração Direta.

Questão 48

Assinale a alternativa incorreta:

- A) As decisões administrativas do Tribunal de Contas que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- B) O Tribunal de Contas do Estado deve ter livre acesso às operações financeiras realizadas pelas entidades de direito privado da Administração Indireta submetidas ao seu controle financeiro, porquanto são operacionalizadas mediante o emprego de recursos de origem pública, não podendo haver oposição com base no sigilo constitucional de dados.
- C) Os responsáveis pelo controle interno de um Município, ao tomarem ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- D) O Tribunal de Contas em tomada de contas especial pode decretar a quebra de sigilo bancário e empresarial de particulares, uma vez que tal medida é feita com base na supremacia do interesse público sobre o privado na fiscalização do interesse financeiro do Erário.**

Questão 49

No que concerne às punições aplicadas com base na lei de improbidade administrativa, Lei 8429/92, analise as frases abaixo, e ao final, assinale a alternativa correta.

- I. As sanções previstas na referida lei não podem ser aplicadas cumulativamente, uma vez que tal procedimento incorre em punição bis in idem, vedada no ordenamento jurídico pátrio.

Questão 50

Em determinado Município foi encontrado um sítio arqueológico. Diante da nova realidade, foi aprovada uma norma estadual, determinando que a referida cidade passaria a ser responsável exclusivamente pela conservação e guarda do referido local. É correto afirmar sobre este regramento:

- A) É inconstitucional, pois a competência para a proteção dos sítios arqueológicos é comum entre município, estado e União.**
- B) É inconstitucional, pois um sítio arqueológico é um bem público da União, cabendo a ela a responsabilidade exclusiva de proteção.
- C) É constitucional, uma vez que os sítios arqueológicos constituem patrimônio cultural brasileiro e são protegidos pelo Ente Político que os encontrar primeiro em seu respectivo território.
- D) É constitucional, pois os Estados-membros possuem competência legislativa suplementar exclusiva para regulamentar assunto de interesse local na área de proteção histórico-cultural.

Questão 51

Assinale a alternativa incorreta:

- A) É inconstitucional uma norma municipal, sancionada em 2015, que transforme cargos da administração direta em empregos públicos de suas empresas públicas.
- B) Um Município poderá vir a contratar empregados públicos, para suas autarquias, os quais serão regidos pelo regime jurídico da Consolidação das Leis Trabalhistas.
- C) Determinado Município, por intermédio de lei complementar, incluiu ao regime próprio de previdência de seus servidores em cargo efetivo, os empregados públicos de suas autarquias. Esta regra é materialmente inconstitucional, pois tal categoria de servidores deve ser regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas.
- D) Os Municípios poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, os quais conforme a constituição federal deverão ser contratados por concurso público a fim de integrar o quadro de servidores estáveis ou empregados públicos.**

Questão 52

Indique a alternativa incorreta:

- A) É exigência constitucional a instituição pelos diversos entes federados de planos de carreira para os servidores de suas respectivas administrações, diretas, autárquicas e de fundações públicas.
- B) Todos os servidores públicos tem o direito constitucional à realização de greve, ainda que se trate de comando carente de regulamentação.**

- C) Quando o vínculo trabalhista estabelecido entre o Poder Público e o servidor for de natureza estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum.
- D) Todas as servidoras públicas, inclusive as ocupantes de cargo em comissão, possuem estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa.

Questão 53

Maria das Couves, com 50 anos, se aposentou como professora de escola pública municipal, e passou a receber proventos pelo regime de previdência própria dos servidores municipais estatutários. Dois anos depois, Maria das Couves fez concurso neste mesmo Município para o cargo de enfermeira da secretaria da saúde, no qual obteve aprovação em primeiro lugar. Com relação a esta hipotética situação, é correto afirmar:

- A) Maria das Couves poderá receber os dois proventos, a aposentadoria como professora e a remuneração como enfermeira, uma vez que a acumulação de proventos tem previsão constitucional, ante o princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- B) Maria das Couves não poderá perceber a remuneração do cargo cumulativamente com os proventos de aposentadoria, pois se se trata de mesmo ente político empregador, situação vedada constitucionalmente.**
- C) Maria das Couves poderá receber concomitantemente a remuneração e a aposentadoria, visto que a proibição constitucional de acúmulo de proventos refere-se aos casos em que haja nova nomeação para o mesmo cargo em que se deu a aposentadoria.
- D) Maria das Couves poderá receber cumulativamente os dois proventos, pois o primeiro vínculo estatutário se extinguiu com a aposentadoria, não se relacionando com a criação do novo vínculo obtido na aprovação neste concurso.

Questão 54

Analise as premissas abaixo:

- I. O controle de mérito do ato administrativo é sempre baseado na oportunidade e conveniência da Administração, de modo que sua exclusão do mundo jurídico se dará sempre por revogação e nunca por anulação.
- II. O Poder Judiciário, com relação ao mérito dos atos administrativos, apenas realiza controle de legalidade ou legitimidade sobre os mesmos, nunca os revogando, somente, se for o caso, anulando-os.
- III. Os atos administrativos compõem-se de alguns atributos, entre eles, a presunção de legitimidade, tanto em relação a sua veracidade, quanto a sua fundamentação, de modo que o que o ônus da prova da existência de vício no ato administrativo é de quem alega.
- IV. A imperatividade do ato administrativo decorre do poder extroverso do Estado, a qual nasce com a simples existência do ato, ainda que ele esteja eivado de ilicitude.

Estão corretas as premissas:

- A) I, II, III e IV.**
B) Apenas I e III.
C) Apenas II e IV.
D) Apenas II, III e IV.

Questão 55

Indique a alternativa incorreta:

- A) Os servidores públicos aposentados estatutários e seus pensionistas estarão sujeitos à contribuição previdenciária incidente nos seus proventos, apenas sobre a quantia que ultrapassar o limite máximo dos pagamentos feitos pelo regime geral de previdência social.
- B) Os cargos públicos podem ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração e não dependem de concurso público. Já, as funções de confiança obrigatoriamente devem ser exercidas por servidores de cargos efetivos.
- C) O servidor público efetivo tem direito adquirido à manutenção do seu regime jurídico, previsto no edital do concurso que prestou, o qual não poderá ser alterado unilateralmente pela Administração.**
- D) A nomeação em cargo público de provimento efetivo é a única forma de provimento originário atualmente compatível com a Constituição Federal, a qual gera direito subjetivo de posse.

Questão 56

Analise os enunciados abaixo:

- I. Todo e qualquer ato da Administração Pública que tiver o condão de repercutir sobre a esfera de interesses do particular deverá ser precedido de procedimento em que se assegure o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa
- II. Um ato administrativo nulo pode ser convalidado, com efeito *ex tunc*, por vício relativo à competência quanto à pessoa, desde que não se trate de competência exclusiva, e também por vício de forma, desde que a lei não considere a forma o elemento essencial à validade daquele ato.
- III. Ocorre Excesso de Poder quando há vício no elemento finalidade do ato administrativo e Desvio de Poder quanto o agente público atua fora ou além de sua esfera de competência para o ato administrativo.
- IV. Na hipótese de função de fato, quando há ilegalidade na investidura da pessoa no cargo, em virtude da teoria da aparência, o ato administrativo será considerado válido, ou pelo menos, os efeitos por ele produzidos ou dele decorrentes.

Estão corretas as premissas:

- A) Apenas I e III.
B) Apenas I, II e IV.
C) Apenas II e IV.
D) Apenas II, III e IV.

Questão 57

Assinale a alternativa incorreta:

- A) Relativamente aos direitos potestativos em face deles não corresponde um dever de imediata prestação e sim de sujeição, onde a lesão não se configura antes do exercício do próprio direito.
- B) Para os direitos potestativos sem prazo de exercício fixado em lei, prevalece o princípio geral da inesgotabilidade ou da perpetuidade pois configuram-se em direitos que não se extinguem pelo não-uso.
- C) A efetivação de um direito potestativo deve ser processualmente executada para assim fazer nascer um direito a uma prestação.**
- D) O direito potestativo é um meio de remover um direito existente que se esgota com o seu exercício.

Questão 58

Avalie as afirmações abaixo:

- I. A concessão assim como a permissão para a prestação de um serviço público constitui-se num ato de delegação permanecendo, contudo, a titularidade com o poder público concedente, o que significa dizer, que ocorre uma descentralização administrativa por colaboração.
- II. A concessão de um serviço público é precedida obrigatoriamente de licitação, na modalidade concorrência, e ocorrerá por conta e risco da concessionária, e sob a fiscalização do poder concedente.
- III. A permissão administrativa para a prestação de um serviço público tem natureza de contrato de adesão, prazo determinado, se dá a título precário e poder ser revogada unilateralmente pelo poder público permitente.
- IV. A concessão administrativa para a prestação de um serviço público tem natureza contratual, prazo determinado e não é cabível a revogação do contrato.

Assinale a alternativa certa:

- A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 59

Assinale a alternativa incorreta:

- A) Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, contudo deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- B) Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento superiores à proposta mais bem classificada.
- C) O Município poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até oitenta mil reais.
- D) O Município não pode estabelecer no edital de licitação prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

Questão 60

Assinale a alternativa incorreta com referência aos contratos administrativos.

- A) A Administração poderá alterar unilateralmente um contrato, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, no limite de até vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado no concreto, situação esta que se fundamenta na Teoria do Fato do Príncipe.
- B) A Administração não poderá modificar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras do contrato, que

estabelecem a relação entre a remuneração e os encargos do contratado.

- C) O atraso da Administração por mais de noventa dias no pagamento de parcela devida ao particular contratado, acarreta para este a faculdade de escolher, apenas entre duas alternativas: suspender a execução do contrato ou rescindir judicial ou amigavelmente o contrato.
- D) Para que seja imputada responsabilidade subsidiária à Administração com o contratado, por dívidas de natureza trabalhista, é necessária que se comprove conduta culposa por parte daquela.

Questão 61

Com respeito aos bens públicos, assinale a alternativa incorreta.

- A) As terras habitadas pelos índios em caráter permanente são bens pertencentes à União, e por possuírem destinação específica, são classificados como bens públicos de uso especial.
- B) Uma faixa de fronteira é um bem público, e corresponde a área de cento e cinquenta quilômetros de largura, que corre paralelamente à linha terrestre demarcatória da divisa entre o território nacional e os países estrangeiros. Estas terras, por sua vez, são insuscetíveis de usucapião.
- C) Terrenos reservados são bens públicos banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, que se estendem até a distância de quinze metros para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.
- D) Os terrenos de marinha são as áreas banhadas pela água do mar, ou dos rios navegáveis, que se estendem à distância de trinta e três metros para a área terrestres, contados da linha do preamar médio do ano de mil oitocentos e trinta e um, devendo seus ocupantes pagarem laudêmio à União, uma vez que trata-se de bem público.

Questão 62

Leia as assertivas abaixo:

- I. A União pode desapropriar bens dos estados e dos municípios, os estados podem desapropriar somente bens de municípios que estejam situados em seus territórios e os municípios não podem desapropriar bens dos estados e da União.
- II. O Município se considerar como assunto de interesse local e social, poderá desapropriar imóveis para o fim específico de reforma agrária.
- III. Na declaração de desapropriação por utilidade pública, o decreto expropriatório caduca no prazo de cinco anos, contados de sua expedição, se não for efetivada mediante acordo ou sentença judicial dentro deste período, sendo que na declaração por interesse social este prazo será de apenas dois anos.
- IV. Na Redesignação lícita o Poder Público expropriante dá ao bem imóvel desapropriado por interesse público, destino diverso do inicialmente planejado e motivado.

É correto sobre estas assertivas afirmar:

- A) Apenas I, III e IV estão certas.
- B) Apenas I e IV estão certas.
- C) Apenas II e III estão certas.
- D) Todas as assertivas estão certas.

Questão 63

Considere as premissas civilistas a seguir:

- I. O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo, contudo, de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.
- II. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município caso se encontre na respectiva circunscrição.
- III. As hipotecas sobre as estradas de ferro serão registradas somente no Município da estação inicial da respectiva linha.
- IV. Os bens públicos de uso comum não podem em nenhuma hipótese ser objetos de ação de usucapião.

É certo arguir que:

- A) Todas as premissas estão equivocadas.
- B) Todas as premissas estão corretas de acordo com a legislação vigente.
- C) As premissas I e II são falsas.
- D) Apenas as premissas III e IV são verdadeiras.

Questão 64

Com referência ao Mandado de Segurança, examine as designações abaixo:

- I. É sempre uma ação de natureza civil que exige de antemão a existência de matéria de fato já provada, não sendo requisito, contudo, liquidez e certeza das matérias de direito, as quais podem ser discutidas em quaisquer questões, afastado, contudo, o controle de constitucionalidade difuso.
- II. Não pode ser utilizado contra ato do qual ainda caiba recurso administrativo com efeito suspensivo.
- III. A sentença que acolhe o pedido ou que denegue a segurança, quando com análise de mérito, faz coisa julgada material, e por isso, o tema objeto da lide não poderá novamente ser suscitado em qualquer outra ação judicial.
- IV. Os efeitos da coisa julgada no mandado de segurança coletivo não beneficiarão o impetrante de mandado de segurança individual que tenha o mesmo objeto se este não requerer a desistência do seu processo no prazo de trinta dias, contados da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

Sobre elas, é correto assinalar:

- A) Somente as afirmações III e IV estão corretas.
- B) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- C) Somente as afirmações I, III e IV estão corretas.
- D) Somente as afirmações II, III e IV estão corretas.

Questão 65

Examine as proposições a seguir:

- I. Não constitui requisito para a propositura da ação anulatória de débito fiscal o depósito prévio do crédito tributário, posto que tal obrigatoriedade somente ocorre se o sujeito passivo pretender inibir a Fazenda Pública de propor ou seguir com a execução fiscal.
- II. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência ou

recuperação judicial, sendo que o concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, e desde que haja pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem.

- III. A natureza jurídica do crédito tributário conduz a interpretação de que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta - jure et de jure - de fraude à execução.
- IV. Na ocorrência de sucessão empresarial fusão, cisão, incorporação, bem como nos casos de aquisição de fundo de comércio ou estabelecimento comercial e, também nas configurações de sucessão por transformação do tipo societário, o sujeito passivo de débitos referentes às multas fiscais é a pessoa jurídica que continua total ou parcialmente a existir.

- A) Estão incorretas as afirmativas I, III e IV.
- B) Estão incorretas as afirmativas II e IV.
- C) Estão incorretas as afirmativas I e III.
- D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 66

José dos Anzóis, Procurador de um Município qualquer do Brasil, deverá apresentar contrarrazões a um recurso de apelação, contra sentença, da qual foi pessoalmente intimado, numa sexta-feira, 20 de maio. Considerando o feriado nacional de corpus christi do dia 26 de maio, e o recesso forense do dia 27 de maio, o prazo final para o protocolo da referida defesa neste hipotético caso, com fulcro na legislação vigente será:

- A) 14 de junho.
- B) 06 de julho.
- C) 05 de julho.
- D) 21 de junho.

Questão 67

Observe os enunciados a seguir:

- I. O Município por meio de sua Procuradoria e o Ministério Público, poderão ajuizar ação judicial por atos lesivos realizados por pessoa jurídica contra o patrimônio público municipal, com o objetivo específico de requerer a dissolução compulsória e definitiva da empresa.
- II. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, com restrição de acesso à informação pelo período de até vinte e cinco anos.
- III. Se aplica o foro especial por prerrogativa de função nos casos de ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.
- IV. Na ação popular a sentença prolatada é preponderantemente desconstitutiva, e apenas subsidiariamente condenatória, enquanto na ação civil pública a sentença é preponderantemente condenatória, sendo possível o cabimento concomitante das duas ações sobre o mesmo fato.

Ante o exposto:

- A) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- B) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

Questão 68

Os Tribunais de Contas possuem competência constitucional para, a exceção:

- A) julgar as contas de quaisquer administradores, enquanto ordenadores de despesas de recursos públicos.
- B) julgar as contas do Poder Legislativo.
- C) julgar as contas do chefe do poder executivo.**
- D) julgar as contas do Poder Judiciário.

Questão 69

Assinale a alternativa correta:

- A) O Procurador Municipal tem responsabilidade solidária com a Administração Pública pelos pareceres jurídicos que apresenta.
- B) A pessoa que sofrer um dano por parte da administração direta não poderá ajuizar ação indenizatória diretamente contra o agente público causador direto do prejuízo.**
- C) O Poder Público tem responsabilidade objetiva pelos seus atos de omissão na prestação de serviços públicos obrigatórios.
- D) A responsabilidade civil da administração pública se aplica da mesma maneira entre as empresas públicas prestadoras de serviços públicos e as empresas públicas exploradoras de atividade econômica.

Questão 70

Uma específica lei municipal que concede perdão de multas tributárias, para incentivar o contribuinte inadimplente ao pagamento de suas dívidas está tratando de:

- A) remissão do crédito fiscal.
- B) anistia do crédito fiscal.**
- C) isenção do crédito fiscal.
- D) extinção do crédito fiscal.

Questão 71

Avalie as afirmações abaixo:

- I. Na justiça do trabalho o documento em cópia oferecido para prova no processo poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- II. Em relação à prescrição da instauração de ação disciplinar contra servidor público, esta ocorrerá no prazo de cinco anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, suspensão e advertência.
- III. O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo, e a ele aplicam-se no que couber as regras relativas ao julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.
- IV. No processo do trabalho, quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.

É correto afirmar:

- A) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.**
- B) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- C) Estão corretos apenas os itens I e III.
- D) Estão corretos apenas os itens II e IV.

Questão 72

Indique a alternativa que está errada, conforme a lei processual civil em vigência:

- A) A citação e a intimação do Município em uma ação judicial são atos realizados perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial, sendo este representado em juízo ativa e passivamente pelo prefeito ou pelo procurador municipal.
- B) Os procuradores municipais perceberão honorários advocatícios de sucumbência, na forma da lei.
- C) O Procurador Municipal será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa, dolo ou fraude no exercício de suas funções.**
- D) Está sujeita à remessa necessária, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal, a sentença proferida contra o Município, exceto quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a cem salários mínimos.

Questão 73

Com relação ao Imposto Municipal sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI é correto arguir que este poderá ser exigido:

- A) no ato que transfere por sucessão hereditária um bem imóvel.
- B) nos casos de permuta ou de doação.
- C) para a transferência de imóvel do sócio para a empresa quando em integralização de capital.
- D) nas transferências de titularidade advindas de imóveis arrematados ou adjudicados judicialmente.**

Questão 74

No que concerne ao Imposto Municipal sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, é correto afirmar que não pode ser cobrado:

- A) Sobre as áreas que já paguem laudêmio para a União.
- B) Nas terras situadas em faixas de fronteira.
- C) Quando a gleba estiver localizada em área de preservação permanente.
- D) Em terrenos que foram invadidos por movimentos sociais durante o período em que impossibilitaram o exercício da posse pelo legítimo proprietário.**

Questão 75

A respeito do Imposto Municipal sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, é correto afirmar:

- A) O local de seu pagamento é o Município onde o serviço foi prestado.
- B) É um imposto com natureza extrafiscal cuja alíquota não pode ser superior a dois por cento.
- C) Nenhum Município pode conceder atualmente, ainda que por lei específica, isenção tributária em relação a esta espécie tributária.**
- D) Poderá o Município cobrá-lo sobre serviços que por lei de sua competência considerar tributáveis.

Questão 76

Suspende a exigibilidade do crédito tributário, a exceção:

- A) a moratória e o depósito de seu montante integral.
- B) a transação.**
- C) as impugnações administrativas sobre o lançamento.
- D) o parcelamento.

Questão 77

Leia e complete as frases com os termos corretos:

- I. É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais quando está em voga a dignidade da pessoa humana, não sendo possível oposição sob o manto do princípio _____.
- II. O controle jurisdicional sob a omissão do poder público em relação à políticas públicas especialmente na área da saúde se justifica pela necessidade de observância de certos parâmetros constitucional, tendo como base o princípio _____.
- III. Os bens jurídicos constitucionalizados deverão coexistir de forma harmônica na hipótese de eventual conflito entre eles, buscando, assim, evitar o sacrifício total de um princípio em relação a outro, devido a inexistência de hierarquia entre eles. Neste caso está a se falar do princípio _____.

Cada um dos enunciados acima está relacionado aos seguintes princípios, respectivamente:

- A) I - Da reserva do possível; II – Da proibição do retrocesso social; III – Da concordância prática.
- B) I - Da proibição do retrocesso social; II - Da concordância prática; III - Da reserva do possível.
- C) I - Da concordância prática; II – Da reserva do possível; III - Da proibição do retrocesso social.
- D) I – Da reserva do possível; II – Da concordância prática; III – Da proibição do retrocesso social.

Questão 78

Leia as premissas abaixo:

- I. Os atos do poder de polícia são executados pela própria autoridade administrativa, independentemente de autorização judicial, permitindo assim a demolição de uma casa habitada, cujo embargo de construção tenha sido desrespeitado.
- II. Nas ações regidas pela Lei de Improbidade Administrativa, a medida cautelar de indisponibilidade de bens dos agentes não está condicionada à comprovação de que estes estejam dilapidando seu patrimônio, tendo em vista que o periculum in mora encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade.
- III. Aplica-se o prazo prescricional quinquenal nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido no Código Civil.
- IV. Tratando-se de fornecimento de medicamentos pode o Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo determinar o sequestro de valores em contas do Município.

Sobre elas é correto determinar:

- A) Apenas as alternativas III e IV estão certas.
- B) Apenas as alternativas I, II e IV estão certas.
- C) Apenas as alternativas I, II e III estão certas.
- D) Apenas as alternativas II, III e IV estão certas.

Questão 79

Sobre a lei de responsabilidade fiscal é incorreto afirmar:

- A) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
- B) O total da despesa com pessoal de um Município não poderá exceder cinquenta e quatro pontos percentuais da sua receita corrente líquida, não computado nesta base as despesas com servidores inativos custeadas por fundo próprio.
- C) É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- D) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado por lei pelo Município, sem a indicação da fonte de custeio total.

Questão 80

Analise os seguintes conceitos:

- I. Este princípio é aplicado na esfera das relações de trabalho privadas, segundo o qual se opera o perdão tácito quando o empregador, diante da ocorrência de uma falta disciplinar, retarda a aplicação da sanção ao empregado.
- II. Consoante este princípio, as normas gerais mais benéficas supervenientes preferem à norma especial que for concebida para conferir tratamento privilegiado a determinada categoria, a fim de preservar a coerência do sistema normativo.
- III. De acordo com este princípio, a declaração de possíveis nulidades no processo administrativo disciplinar, depende sempre da efetiva demonstração de prejuízos à defesa do investigado.

Cada uma destas significações corresponde respectivamente:

- A) I - Princípio da Imediatidade; II - Princípio da Teoria do Diálogo das Fontes; III - Princípio da Instrumentalidade das Formas.
- B) I – Princípio da Instrumentalidade das Formas; II – Princípio da Imediatidade; III - Princípio da Teoria do Diálogo das Fontes.
- C) I – Princípio da Imediatidade; II – Princípio da Instrumentalidade das Formas; III – Princípio da Teoria do Diálogo das Fontes.
- D) I – Princípio da Teoria do Diálogo das Fontes; II – Princípio da Instrumentalidade das Formas; III – Princípio da Imediatidade.